

PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA REFERÊNCIAIS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA BAHIA: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DA DIREC 13

Roberto Gondim Pires

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil

Natanael Vaz Sampaio Júnior

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil

Resumo

O estudo em questão visa apresentar a síntese possível do processo colaborativo de construção de um referencial curricular para a Educação Física no Estado da Bahia. As Diretorias Regionais de Educação do Estado foram chamadas a contribuir nesse rico processo, avaliando a partir de suas realidades materiais o que deve se constituir como parâmetro de referência para a disciplina Educação Física no Estado da Bahia. Na realidade da DIREC 13 foi possível reconhecer avanços e limites no exercício da prática da mencionada disciplina, mas, foi perceptível para o coletivo de professores que compõe esta regional de Educação um esforço coletivo na direção da construção de referências básicas que deverão balizar a prática docente do (a) professor (a) de Educação Física no Estado da Bahia.

Palavras-chave: Educação Física. Referencial curricular. Bahia.

Introdução

A Bahia tem apresentado um cenário educacional incerto e, ao mesmo tempo, desafiador. Isso porque os resultados obtidos e apresentados pelos Sistemas de Avaliação da Educação Básica nos últimos anos descrevem um panorama bastante comprometedor, envolvendo uma estrutura governamental preocupada com a qualidade de vida e, conseqüentemente, com o desenvolvimento humano e, por que não dizer, do Estado. Assim, na perspectiva de resgate dos espaços educacionais públicos, objetiva-se dar sentido e significado, ou mesmo ressignificado, às ações existentes, conferindo-lhes um caráter eminentemente educativo. O governo, por meio da Secretaria da Educação, tem desenvolvido ações que visam à redução dos níveis de defasagem idade-série e dos percentuais de abandono, dando uma nova diretriz à educação no Estado.

A Secretaria de Educação da Bahia (SEC-BA), sem dúvida, tem planejado suas ações, discutindo coletivamente com os diversos atores sociais imbuídos nesse projeto de mudança, numa tentativa de contribuir para um cenário mais favorável à aprendizagem. Portanto, a intencionalidade do governo configura-se para alcançar uma educação que seja realmente para todos, apoiando-se na certeza de que sua efetivação dará oportunidades a estudantes, bem como acesso ao bem cultural, ou seja, educação que possa oferecer oportunidades, respeitando as subjetividades e diversidades, sobretudo culturais, ajudando a trilhar caminhos que apontem para um processo de formação dos educandos.

No tocante à Educação Física, além da formação inicial possibilitada pela Plataforma Freire, há convênios com as universidades estaduais baianas, por meio dos quais o Estado tem proporcionado aos professores das redes municipal e estadual, uma formação continuada com ofertas de diversos cursos, além da constituição de um novo modelo de Jogos Escolares da Bahia. O grande desafio é partilhar o processo de construção dos Referenciais Curriculares da Educação Física para a Bahia.

Um dos principais estados do Brasil em vários segmentos, inclusive no pioneirismo quanto à educação superior nacional, a Bahia teve um histórico pouco inteligível no que se refere à consolidação do processo de formação em Educação Física. Cabe destacar que, em que pese a sua influência nos aspectos econômicos e culturais nacionais, foi um dos últimos estados da federação a implementar um curso superior de Educação Física (1973), ainda que, curiosamente, tenha sido implantado em uma instituição privada, a Universidade Católica do Salvador, mas financiado com recursos públicos (PIRES, 2008).

Na Bahia, como em todo o Brasil, a Educação Física passava a assumir o esporte como referência fundamental para o seu planejamento curricular, seja nos, então denominados, 1.º e 2.º graus ou no ensino superior. Essa orientação representou, a nosso juízo, a implementação de um projeto educacional caracterizado pelo tecnicismo e pela abolição da reflexão crítica sobre a realidade, o que tornava a Educação Física substancialmente diferente das demais disciplinas escolares, caracterizando-a muito mais como uma atividade física do que como uma disciplina escolar.

Nesse sentido, acreditamos que na Bahia, consubstanciada pela formação profissional que começava a se realizar, procurou-se obede-

cer fielmente à Política Nacional de Educação Física e Esportes, definida pela Lei n. 6.251/75, a qual preconiza que o trabalho na área de Educação Física no Brasil teria como objetivos centrais a melhoria da aptidão física da população, o grande aumento da participação estudantil e popular em práticas desportivas e o aprimoramento técnico dos desportistas, de modo a melhorar o desempenho das representações nacionais em competições internacionais. Essa seria uma forma de contribuir para projetar, no cenário político internacional, a imagem de um Brasil em desenvolvimento.

Nessa direção, só após quinze anos (1988) o Estado conseguiu conquistar um curso público superior em Educação Física, o Curso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que, a nosso ver, nasceu apontando para um modelo diferenciado de formação, talvez influenciado pela unidade de sua instalação, a Faculdade de Educação da UFBA, e não em instituto de saúde, ou escola isolada. Por isso, acreditamos que o convívio com outras áreas de conhecimento possibilitou um alargamento na perspectiva de formação profissional em Educação Física na Bahia, conseguindo influenciar os outros cursos que se seguiram, tornando-se referência para a Educação Física no Estado, o que constituiu uma ruptura com paradigmas hegemonicamente conservadores, fincados na Educação Física baiana (PIRES, 2008).

O tempo passou, os estudantes da década de 1990 tornaram-se professores, os professores da década de 1990 tornaram-se mestres e doutores e assim podemos afirmar que, pelas conjunções dos fatores mencionados, temos que reconhecer que o curso de Educação Física da UFBA representou uma conquista histórica para a área nesse Estado. Isso porque ele modificou o paradigma de formação profissional, que vem historicamente construindo um ensino da Educação Física que possa participar da produção da cultura escolar como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas corporais produzidas por homens e mulheres ao longo de sua história cultural.

Certamente esse perfil de formação profissional em Educação Física inaugurado pela UFBA teve influência nos demais cursos já existentes e mesmo nos que foram criados posteriormente. Considerando a análise de tal trajetória num sentido muito mais exploratório e não necessariamente conclusivo, acreditamos que os caminhos estão criados para os debates acadêmicos, sobretudo quanto à possibilidade de, direta ou indiretamente, contribuir para a construção das Referências

Curriculares para a Educação Física baiana. Todavia, não podemos ser ingênuos em acreditar que possivelmente vários ranços persistem, frutos de um processo histórico motivado por outros interesses, objetivos e ideários de sociedade. Diante desse contexto, vale perguntar: Quais os limites e possibilidades de se construir objetivamente os Referenciais Curriculares em Educação Física na Bahia?

Segundo Taffarel (2010), a construção de referências curriculares para a Educação Física escolar na Bahia é um processo histórico que não se iniciou recentemente. Destaca-se nele o trabalho de definição das diretrizes para o Ensino Fundamental (1994) e as orientações curriculares para o Ensino Médio (2005), coordenados pela professora Kátia Oliver de Sá e pelo professor Joaquim Mauricio Cedraz Nery, respectivamente. Taffarel (2010) afirma que a consideração do passado ajudou na constatação dos limites e possibilidades para superação das contradições identificadas, dentre as quais é possível elencar: a) a precisão do diagnóstico da realidade e a leitura crítica sobre o mais geral – as leis que regem o capitalismo - e o particular da situação da educação no marco do capital e a singularidade da escola capitalista e, dentro dela, a situação da Educação Física; b) a precisão, consistência e coerência da fundamentação, da base teórico-metodológica, ou seja, das teorias do conhecimento (educacionais, psicológicas e pedagógicas) que orientam o trabalho na escola; c) a proposição crítico superadora, isto é, a superação da lógica formal pela dialética materialista histórica no trato com o conhecimento na organização curricular. Consideramos que estamos atravessando um importante momento para a elaboração de políticas públicas para a educação no Estado, mesmo reconhecendo a situação social complexa e contraditória que estamos vivendo, já que está sendo permitido um processo de construção coletiva, com a participação efetiva dos professores da rede pública de ensino da Bahia na elaboração das diretrizes.

Taffarel (2010), ainda, apresenta uma síntese da realidade da educação no estado, a partir da qual destacamos que, quanto à situação de acesso, permanência e conclusão dos estudos no ciclo básico, todos deixam muito a desejar. Isso tem reflexos, claro, na Educação Física, uma vez que as escolas, na maioria dos casos, estão com a infraestrutura comprometida. Há que se considerar também que as concepções educacionais e os projetos político-pedagógicos e curriculares estão sendo questionados. As disciplinas específicas, como a Educação Física, também estão sendo desqualificadas na escola pela diminuição

da carga horária, pela escassez de conteúdos e pelas concepções retrógradas ainda presentes. O corpo discente diminui, pois o aluno ingressa, mas não conclui o ensino básico, portanto aprende pouco e não tem a oportunidade de elevar o seu pensamento teórico.

Nesse sentido, pensar uma proposta curricular de forma consistente e elaborada, para possibilitar a participação dos professores envolvidos na área, também é refletir sobre teorias capazes de superar a complexidade, o conflito e a especificidade de determinada prática social que é a educação (SOUZA, 1987).

Enfim, o desafio de possibilitar a participação de tantos quantos queiram incluir-se na elaboração desse importante documento é o mesmo de aceitar tal participação, pois implica e pressupõe definições objetivas de projetos de sociedade, interesses de classes, valores que estão ou deverão estar presentes nos planejamentos e, principalmente, a forma como tudo isso se articula no cotidiano das aulas (CASTELLANI FILHO et al., 2009).

Apontando os caminhos

Na intenção de construir um alicerce científico para este estudo, debruçamos nosso olhar sobre as proposições pedagógicas para referenciais curriculares de Educação Física na Bahia: reflexões a partir da realidade da Diretoria Regional de Educação 13 (Direc 13). Para tanto, foi desenvolvido um estudo de abordagem qualitativa, a partir da análise, interpretação e reflexões do universo de significado que abrange a nossa regional de educação (MINAYO, 2000).

Este estudo foi delineado como uma pesquisa documental, pois foi utilizada como instrumento na busca dos dados a análise dos documentos coletados pela Direc 13, por meio do Censo Escolar, no ano de 2010. Não foi dado o devido tratamento analítico, a fim que fosse feita uma descrição de maneira objetiva.

Os dados coletados e analisados confrontam-se e/ou alinham-se com a proposta feita pela Secretaria Estadual da Educação da Bahia de materializar referenciais curriculares para a disciplina Educação Física, num certo sentido induzindo o coletivo de professores a agruparem-se em regionais desse Estado e se lançarem no desafio de pensar esses referenciais, sem perder de vista as especificidades e peculiaridades de cada regional.

Assumimos neste trabalho o conceito de cultura explicitado por Castellani Filho et. al. (2009), na concepção de corrida, caminhada, percurso. Por derivação, currículo escolar representaria a caminhada do homem em busca do conhecimento. É por meio desse instrumento que as instituições escolares transmitem a cultura de uma sociedade, sendo a escola, portanto, de vital importância para o desenvolvimento de identidades. Por contribuir para a formação de identidades sociais, a pergunta que se faz em relação ao currículo é: O que se ensina?

Enquanto a Educação Física pautou-se unicamente pelo referencial das ciências naturais, ele pôde afirmar categorias absolutas em relação às manifestações corporais humanas, sob o argumento de que corpos biologicamente semelhantes demandam intervenções também semelhantes ou padronizadas. Assim, o que vai definir se determinada manifestação corporal é digna de trato pedagógico pela área de Educação Física é a própria consideração, a análise dessa expressão em uma dinâmica cultural específica (SÃO PAULO, 2008, p. 42).

Entretanto, não é pretensão deste estudo apontar proposições, mas perceber de que maneira tais encaminhamentos configuram-se para a nossa realidade regional, analisando, a partir das informações coletadas na Direc 13, os princípios curriculares.

Para tanto, este estudo aponta para uma reflexão sobre as possibilidades de adequação dos saberes, para as realidades sociocognoscitivas dos educandos, independentemente do contexto social no qual estejam inseridos, compreendendo-os como sujeitos capazes de construir sua realidade histórica.

Mas, afinal, o que está em jogo na escola contemporânea? Quais os saberes que dialogam por lá? Será possível aproximar um conhecimento de maneira contemporânea, sobretudo na área de Educação Física, numa realidade adversa como a educação rural? O que está por lá que não estamos conseguindo perceber?

Como estratégia, na tentativa de responder às questões elaboradas, foi permitido o seguinte percurso:

- Participação dos professores em videoconferência promovida pela SEC-BA na discussão de concepções básicas sobre projeto histórico, formação humana, teoria educacional e teoria pedagógica, cultura corporal e Educação Física.
- Ajuda de custo para os professores da regional para a sua participação no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), na cidade de Salvador, e posteriormente na jornada pedagógica do CBCE realizada na cidade de Alagoinhas, na Bahia.

- Constituição de um grupo de estudos para o exercício de um diálogo crítico para elaboração de propostas de diretrizes curriculares para a Educação Física no Estado da Bahia.
- Realização de um seminário com o intuito de sistematizar as propostas a partir da realidade concreta das unidades de ensino, das escolas, levando em consideração o diagnóstico da realidade da Educação Física escolar.

A análise dos dados apresentados possibilitou perceber que o estado da Bahia é constituído por 33 unidades descentralizadas no âmbito da Secretaria Estadual da Educação, denominadas como Diretoria Regional de Educação (Direc), tendo a Direc 13 sua sede no município de Jequié, abrangendo 25 municípios. Nesse cenário, o município de Jequié insere-se em uma zona de transição riquíssima, envolvendo três ecossistemas/biomas diferenciados, compreendendo: Caatinga, Zona da Mata e Mata Cipó. Nesse contexto, contamos com 1.176 unidades escolares na abrangência da regional, das quais cerca de 65% estão localizadas na zona rural; destas, 84,69% pertencem à rede municipal; 10,12%, à rede estadual; e 5,19%, à rede privada. Destarte, “para que a democratização do acesso à educação tenha uma função realmente inclusiva, não é suficiente universalizar a escola. É indispensável à universalização da relevância da aprendizagem” (SÃO PAULO, 2008, p. 10).

O que pode representar para a área da Educação Física em particular e para o processo educativo de uma forma geral que 65% das escolas estão localizadas na zona rural e que 84,69% pertencem à rede municipal? Isso significa, a nosso juízo, a quase inexistência da disciplina curricular Educação Física, seja pela localização, que não possui profissionais formados na área, seja pela infraestrutura das escolas da zona rural, ou mesmo pela modalidade de ensino ofertada, Educação Infantil ou salas multisseriadas, em que as redes municipais não ofertam a disciplina Educação Física no currículo escolar. Ora, a disciplina Educação Física estaria fazendo falta nesse processo formativo da maioria das escolas de nossa regional? A referida disciplina tem fundamentos para se justificar? Pode-se afirmar que uma disciplina é legítima ou relevante para essa perspectiva de currículo quando a presença de seu objeto de estudo é fundamental para a reflexão pedagógica do aluno e quando a sua ausência compromete a perspectiva de totalidade dessa reflexão (CASTELLANI FILHO et al. 2009). Nesse sentido, a função social do currículo é ordenar a reflexão pedagógica

do estudante, de forma a pensar a realidade social, desenvolvendo determinada lógica.

Um componente curricular deve apresentar um complexo de conhecimentos organizados e adequados à aprendizagem, sempre orientados pelos objetivos gerais da área (COLL, 1997; CHERVEL, 1990). Por extensão, a Educação Física, para ser reconhecida como um componente curricular, tão importante quanto os outros, deve apresentar objetivos claros e um corpo de conhecimentos específicos e organizados, cuja aprendizagem possa colaborar para que os objetivos da educação escolar sejam alcançados (Brasil, 1998).

Esta reflexão, a partir das informações supracitadas, permitirá inferir sobre a relevância social a ser dada no trato com conhecimento, principalmente da Educação Física, implicando “em compreender o sentido e o significado dele para a reflexão pedagógica escolar que deverá estar vinculada à explicação da realidade social concreta e oferecer subsídios para a compreensão dos determinantes sócio-históricos do estudante, particularmente a sua condição de classe social” (CASTELLANI FILHO et al., 2009, p. 32). Nesse sentido, é preciso entender o cenário que está posto para a Regional 13, bem como para toda Bahia.

Quanto ao quantitativo de educadores e educandos que compõem as redes de ensino, a regional em estudo apresentou os seguintes dados: 7.227 professores, distribuídos da seguinte forma: 4.382 na rede municipal, 1.690 na rede estadual e 1.155 na rede privada, para atendimento de um total de 161.015 educandos, sendo 102.386 da rede municipal, 42.528 da rede estadual e 16.101 da rede privada.

É importante enfatizar que quanto ao quantitativo de professores apresentado acima, cerca de 0,88%, ou seja, 64 professores são da área de Educação Física da rede estadual, mas que também atendem às outras redes de ensino, responsáveis por garantir que os conteúdos/conhecimentos se aproximem dos educandos de maneira atualizada, contextualizada.

Essa caracterização está sendo alvo de reflexão do coletivo de professores que compõe a Regional 13, no sentido de apontar possibilidades teórico-práticas para sistematização dos conteúdos, além de pensarmos estratégias para que esses saberes constituam-se como universais, tratados nas suas especificidades. Claro que não estamos fechando os olhos para 65% de unidades escolares que estão situadas na zona rural e precisam ser contempladas com os saberes da cultura

corporal. Pensamos que, quando o projeto pedagógico da escola tem suas prioridades, o currículo é a referência para ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos que a humanidade acumulou ao longo do tempo.

Iniciando a colheita

De início, é preciso compreender e analisar a disciplina Educação Física como parte de uma política educacional que a coloca na área de linguagens, entendida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN 1998, como a capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido.

Diante das indagações, é possível inferirmos sobre o que motiva o coletivo de educadores a eleger conteúdos, organizando-os e sistematizando-os para fundamentar a sua prática pedagógica. Mas será que é possibilitado um diálogo e/ou um confronto entre os saberes? O princípio do confronto e da contraposição dos saberes defendido por Castellani Filho et al. (2009, p. 33) possibilita estabelecermos um diálogo entre os diversos saberes, compartilhando significados construídos no pensamento dos estudantes através de diferentes referências: o conhecimento científico ou saber escolar é o saber construído enquanto resposta às exigências do seu meio cultural informado pelo senso comum. O confronto do saber popular (senso comum) com o conhecimento científico universal selecionado pela escola, o saber escolar, é, do ponto de vista metodológico, fundamental para a reflexão pedagógica.

A Educação Física compreende o sujeito mergulhado em diferentes realidades culturais, nas quais estão indissociados corpo, movimento e intencionalidade. Ela não se reduz mais ao condicionamento físico e ao esporte, quando praticados de maneira inconsciente ou mecânica. O aluno deve não só vivenciar, experimentar, valorizar, apreciar e aproveitar os benefícios advindos da cultura do movimento, mas também perceber e compreender os sentidos e significados das suas diversas manifestações na sociedade contemporânea.

Ora, se dirigirmos o olhar para a realidade apresentada pela Regional 13, de maneira enfática e crítica, o fazemos pelo que nos impõe o

paradigma do Sistema Educacional Baiano, e nesse sentido pensar proposições pedagógicas para referenciais curriculares da Educação Física na Bahia seria utópico, à medida que se confrontaria com o modelo etapista, implementado na atualidade. Contudo, ao refletirmos sobre tal realidade, também o fazemos na perspectiva de transformá-la.

O que deveria ser aprendido/apreendido por parte dos alunos de Educação Física corresponde às manifestações, aos significados/sentidos, aos fundamentos e aos critérios da cultura de movimento de nossos dias – ou seja, sua apropriação crítica.

Se assumirmos que a cultura de movimento produz-se e transforma-se diferentemente em função de significados e intencionalidades específicos, não é possível defender o desenvolvimento da Educação Física escolar de um modo unilateral, centralizado e universal. Pelo contrário, defendemos que a Educação Física escolar deve trabalhar com grandes eixos de conteúdos, resumidos e expressos no jogo, esporte, ginástica, luta e atividade rítmica. A própria tradição da Educação Física mostra a presença desses conteúdos – ou, pelo menos, de parte deles – em todos os programas escolares, e esse fato não pode ser explicado por mera convenção ou justificado por necessidades orgânicas do ser humano. Afirmar que a ginástica existe porque faz bem ao corpo implica reduzir e explicar um fenômeno histórico pelo seu benefício, trocando a consequência pela causa (SÃO PAULO, 2008).

Os conteúdos teriam que ser apresentados aos estudantes a partir do princípio da simultaneidade, explicitando a relação que mantêm entre si para desenvolver a compreensão de que são dados da realidade que não podem ser pensados nem explicados isoladamente. Ele é construído no pensamento de forma espiralada e vai se ampliando com sucessivas aproximações ao objeto em estudo (CASTELLANI FILHO et al., 2009).

Importa considerar que há o caráter de inacabamento do ser humano, por isso ele é sujeito da sua história. Assim sendo, os conhecimentos não deverão ser compreendidos com caráter de terminalidade, mas, sim, percebidos de forma que a qualidade vai sendo construída pela aproximação sucessiva do sujeito que pensa com o objeto pensado, mediado pelo conhecimento. Por essa razão, afirma-se o conhecimento é uma representação do real no pensamento (CASTELLANI FILHO et al., 2009).

Entretanto, não basta constatar, reconhecer as instâncias onde isso deve ser encaminhado, apenas. Ressaltamos a necessidade de explicações científicas e de proposições superadoras.

A organização do trabalho pedagógico em três pares dialéticos – objetivo/avaliação; conteúdo/método; tempo/espaço – nortearam as discussões, elaborações e sistematizações do coletivo da Direc 13. O que constatamos é que a organização do trabalho, o trato com o conhecimento e a normatização escolar são mediações entre a realidade mais geral e o rumo que poderá vir a ter a formação humana, em especial a direção da escolarização. É justo, nesse processo, que desejemos interferir a partir da Educação Física e suas referências curriculares (TAFFARREL, 2010).

Quanto aos objetivos/avaliação, o entendimento do coletivo nos possibilitou inferir sobre a possibilidade de acesso dos educandos ao conhecimento da cultural corporal, construídos historicamente, organizados de maneira que elevem o seu padrão cultural, tornando-os sujeitos capazes de reconhecer-se e, reconhecendo-se, adquirir uma expressividade corporal consciente, possibilitando refletir criticamente sobre suas práticas corporais, respeitando as diversidades existentes, refletindo e agindo articuladamente ao processo político-pedagógico da escola. Os critérios de avaliação foram estabelecidos considerando o comprometimento e envolvimento dos educandos no processo pedagógico.

No que tange aos conteúdos/métodos, durante o processo de discussão, elaboração e reflexões, foi possível perceber que o coletivo de educadores e educandos levantou uma ordenação do seguinte modo: 1. Conteúdos estruturantes, compreendendo as ginásticas, danças, lutas, esportes e jogos como alicerce para a prática pedagógica; 2. Conteúdos articulados, referindo-se à cultura corporal e aos aspectos de regionalidade, saúde, ludicidade e sociedade; 3. Conteúdos específicos, reportando-se aos diversos tipos de ginásticas, lutas, de modalidades de esportes aos jogos da cultura popular, às danças e suas diversas manifestações e, também, à relação com as atividades na natureza e nos espaços públicos.

Em que pese todas as reflexões, indagações e apresentação de uma concepção de Educação Física crítica desse coletivo, é possível observar que no cotidiano escolar ainda está presente uma diminuta concretização da cultura corporal, com o alcance apenas nos esportes coletivos de quadra. E se utilizarmos apenas como parâmetro de aná-

lise os Jogos Escolares da Rede Pública da Bahia, a Direc 13 apresenta uma realidade ainda mais indagadora, pois aproximadamente 87% dos jogos realizados têm como foco a modalidade de futsal.

Diante do quadro apresentado, o que pode estar ocasionando o descompasso entre a concepção defendida pelos educadores e a realidade concreta da escola?

Recorremos a Taffarel (2010) para afirmar que o conjunto de atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo da escola não basta para o conhecimento sistematizado, é fundamental que se criem as condições de sua transmissão e assimilação. Isso pressupõe dosar e sequenciar esse conhecimento de modo que o estudante passe a dominá-lo. No conceito de dinâmica curricular, portanto, o trato com o conhecimento corresponderia à necessidade de criar as condições para que se deem a assimilação e a transmissão. Trata-se de uma direção científica do conhecimento universal que orienta a sua seleção, bem como a sua organização e sistematização lógica e metodológica.

A lógica e o trato com o conhecimento não se viabilizam num vazio, estão diretamente vinculados a uma organização escolar, a organização do tempo e do espaço pedagógico necessário para aprender. A apresentação do conhecimento na escola se dá num tempo organizado sob a forma de horários, turnos, jornadas, séries, sessões, encontros, módulos, seminários, etc. Tempo que é organizado nos limites dos espaços físico-pedagógicos: salas de aula, auditórios, recreios cobertos, bibliotecas, quadras, campos, entre outros.

Por fim, mesmo o coletivo de docentes da Direc 13 reconhecendo os avanços e esforços para a construção de referenciais curriculares para Educação Física, alguns limites foram apresentados, constituindo-se como entraves e empecilhos para a prática educativa, como o diminuto tempo pedagógico destinado às aulas, em que acredita-se que seria necessária uma sinalização no sentido do aumento desse tempo e, desse modo, uma condição melhor para elaboração e reelaboração da prática pedagógica; um aumento do financiamento e/ou verbas destinadas à área de Educação Física, sobretudo para compra de materiais didáticos; e uma criação, ampliação e adequação dos espaços pedagógicos destinados à vivência da cultura corporal.

Espera-se que a Educação Física possa assumir na escola um importante papel em relação à dimensão do movimento humano, relacionando-se ativamente com outros componentes curriculares e influenciando decisivamente na vida dos alunos. Fazendo isso, ela es-

tará ampliando o papel por ela já exercida nos últimos anos: o de ser uma disciplina motivadora para os alunos. Será responsável também por um conhecimento imprescindível a eles. Portanto, os professores são parceiros fundamentais nesse empreendimento (KUNZ, 1994).

Ao fim deste texto, há a impressão de que ele mais indaga que responde. Todavia, não poderia ser outra a intenção do que nos move a fazer esta pesquisa, pois acreditamos que muito se tem a fazer e a sistematizar sobre a Educação Física no Brasil e na Bahia. Sob nosso olhar, este presente estudo não encerra, ele talvez provoque outras possibilidades de estudos, que discutam estas e outras questões em sentidos diversos.

Propositions for reference teaching of physical education curriculum in Bahia: reflections from reality of direc 13

Abstract

The study in question aims to present a possible synthesis of the collaborative process of building of a framework curriculum for Physical Education in the State of Bahia. The State's Regional Boards of Education were called upon to contribute to this rich process, evaluating from their material realities which should be build as benchmark for Physical Education in the State of Bahia. In reality from DIREC 13 was possible to recognize progress and limits in exercise of the practice of that discipline, but was perceived by the collective of teachers who make up the regional of Education, a collective effort towards the construction of basic references that should mark out the teaching practice of professor of Physical Education in the State of Bahia.

Keywords: Physical Education. Curriculum Benchmark. Bahia.

Propuestas para la enseñanza de referencia del plan de estudios de educación física en Bahia: reflexiones desde la realidad de la direc 13

Resumen

Objeto del estudio en cuestión viene presentar la síntesis posible del proceso de colaboración en la construcción de una referencia curricular para la Educación Física en el Estado de Bahia. Las Directivas Regionales de Educación del Estado fueron llamadas a contribuir en ese rico proceso, evaluando a partir de sus realidades materiales lo que debe constituirse como parámetro de referencia para la asignatura Educación Física en el Estado de Bahia. En la realidad de la DIREC 13 fue posible reconocer avances y límites en el ejercicio de la práctica de la nombrada asignatura, pero fue perceptible para el conjunto de maestros que compone esta regional de Educación, un esfuerzo colectivo en la dirección de la construcción de referencias básicas que deberán balizar la práctica docente del maestro de Educación Física en el Estado de Bahia.

Palabras clave: Educación Física. Referencia Curricular. Bahia.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Educação Física**. Brasília: MEC, SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: ME/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 13 out. 2011.

CASTELLANI FILHO, L. et al. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2009.

CENSO ESCOLAR, 2010. Disponível em: <www.educacenso.inep.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2011.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões de um campo de pesquisa. **Revista Teoria & Educação** (2). Porto Alegre: Pannonica, 1990.

COLL, C. **Psicologia e Currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 1997.

DAÓLIO, J. **Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 1980**. Campinas: Papirus, 1998.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do processo de trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.

ESTADO DA BAHIA. **Educação: Caminho para a construção da cidadania. Educação Física. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental**, 1994.

_____. **Orientações curriculares estaduais para o ensino médio. Área de Linguagem, Código e suas tecnologias**. 2005.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** São Paulo: Vozes, 2000.

PIRES, R. G. **Educação Física na Bahia: cenas e flashes de uma história.** Salvador: Arcádia, 2008.

PISTRAK, M. (Org.). **A escola-comuna.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Proposta curricular do Estado de São Paulo: Educação Física.** São Paulo: SEE, 2008. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop_EDF_COMP_red_md_20_03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2011.

SOUZA, J. F. **Uma pedagogia da revolução.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

TAFFAREL, C. Z. **Educação Física: referências curriculares para a rede pública do Estado da Bahia.** Salvador: Mimeo, 2010.

.....
Recebido em: 18/04/2011

Revisado em: 13/09/2011

Aprovado em: 27/11/2011

Endereço para correspondência

gondim.roberto@gmail.com

Roberto Gondim Pires

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Campus de Jequié, Departamento de Saúde.

Rua José Moreira Sobrinho s/n

Jequiezinho

45200-000 - Jequie, BA - Brasil